

MODERNIDADE E O DESPREZO PELA TRADUÇÃO COMO OBJETO DE PESQUISA

Rosemary ARROJO¹

- **RESUMO:** O principal objetivo deste trabalho é comparar as relações estabelecidas entre a teoria literária e os estudos da tradução e seus respectivos objetos de pesquisa. Os estudiosos das duas áreas, interessados em abordagens pretensamente objetivas e em organizar seu campo de atuação, têm deparado com a dificuldade de definir seu objeto de pesquisa e de delimitar sua área. Apesar de haver uma diferença em relação às metas que envolvem as expectativas de sistematização, os projetos de constituição de disciplinas autônomas associados à modernidade reiteram atitudes e concepções arraigadas no imaginário de uma cultura fundada a partir do ideal impossível da imortalidade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estudos da tradução; teoria literária; modernidade; pós-modernidade.

Quando perguntamos qual é a razão das regras, perguntamos qual é a razão da razão. O classicismo era metafísico, dava essa razão primeira. A modernidade, uma modernidade pelo menos (Agostinho, Kant), é crítica, elabora a finitude, dá a razão que proíbe raciocinar sobre o fundamento do raciocínio. A pós-modernidade seria antes empírico-crítica ou pragmatista: a razão da razão não pode ser dada sem círculo, mas a capacidade de formular regras novas (axiomáticas) descobre-se à medida que "a necessidade" delas se

1 Departamento de Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), processo 30 4543/89 RN.

faz sentir. A ciência seria um *meio de revelar* a razão, permanecendo esta a *razão de ser* da ciência.

O Pós-Moderno Explicado às Crianças
Jean-François Lyotard

A grande maioria dos textos empenhados no desenvolvimento dos estudos da tradução, nos últimos trinta ou quarenta anos, tem associado a modernidade à expectativa de criar um corpo de conhecimentos ou uma disciplina que pudesse, finalmente, fornecer um embasamento teórico uniforme e científico aos especialistas, além de diretrizes pragmáticas e um código de ética universalmente adequados a todas as traduções e a todos os tradutores. Essa modernidade representaria, assim, a possibilidade de se superarem os eternos problemas vinculados à tarefa da tradução e à sua teimosa insistência em aviltar originais idealizados e em subverter qualquer prescrição de fidelidade. A possibilidade de uma abordagem científica permitiria, ainda, o fim da indefinição e da desorganização dos comentários e depoimentos esparsos sobre as pretensas mazelas e limitações da tradução que sempre floresceram às margens dos estudos lingüísticos e literários. Assim, apesar das aparentes diferenças entre as diversas tendências que, desde os anos 1960, têm disputado o controle da tradução como objeto de pesquisa, poderíamos generalizar que sua "principal preocupação" tem sido, em primeiro lugar, "determinar métodos tradutórios apropriados para o espectro mais amplo possível de textos ou categorias textuais", além de "fornecer um repertório de princípios, regras restritas e sugestões para a tradução de textos e a crítica de traduções, uma base para a solução de problemas" (Newmark, 1988, p.19).²

Em harmônica sintonia com o discurso e os ditames da modernidade descendente da filosofia iluminista do século XVIII, movida por ideais de emancipação da humanidade por meio do progresso das ciências e das tecnologias, as diversas tendências dos estudos da tradução que reivindicam alguma relação com o "moderno" têm como traço comum um desejo de superação da "precariedade" do que se tem produzido na área a partir da experiência e da prática, com base num ideal de eficiência e de sistematização que pudesse, de uma vez por todas, disciplinar a atividade tradutória. Sempre adiada para um futuro distante, em que utópica e milagrosamente se poderiam controlar as cir-

² Esta e todas as outras traduções de citações originalmente em inglês são minhas.

cunståncias humanas e as limitaçoões do científico, essa possibilidade encetaria a formulaçoão de "uma verdadeira Teoria da Tradução" que, além de oferecer "a propositura de uma definiçoão pronta e acabada dos conceitos 'tradução' e 'traduzir'", conferiria um "amadurecimento" pleno aos "estudos tradutológicos" (Aubert, 1993, p.9). Nesse momento, não mais se teria "a impressão de que, em tradução, cada caso é um caso" e a atividade do tradutor deixaria de constituir "uma evidência empírica contundente comprobatória da Teoria do Caos" (Ibidem), conclusão a que chega Francis Aubert após calcular o que chama de "o efeito multiplicador de situaçoões concretas", em que "o produto do número teórico de configuraçoões de competências lingüísticas dos participantes do ato tradutório e do número teórico de configuraçoões de competências referenciais dos mesmos resulta em um total de 1.166.400", sem levar em conta todas as variáveis envolvidas (Ibidem, p.59).

É precisamente para neutralizar e dominar esse "caos" ou, em sua versão menos desesperadora, para reverter essa conclusão inquietante de que "cada caso é um caso", que teóricos e estudiosos vinculados a tendências aparentemente distintas, e até mesmo discordantes, têm tentado construir seus modelos e projetos. George Steiner (1975), por exemplo, associa a emergência de uma "corrente moderna" aos "primeiros trabalhos sobre tradução mecânica [que começaram a] circular no final dos anos 40" e às tentativas de aplicação da lingüística e da estatística à tradução realizadas por herdeiros russos e tchecos do movimento formalista (p.237). A obra representativa dessa modernidade seria o livro de Andrei Fedorov, *Vvdenie v teorju perevoda (Introdução à Teoria de Tradução)*, publicado em Moscou em 1953. Como lembra Georges Mounin (1975), esse texto pioneiro tinha como meta superar o "empirismo da tradução", expresso em "impressões gerais, intuiçoões pessoais, inventários de experiências e receitas artesanais" divulgados por tradutores e escritores nos últimos dois milênios (p.22-3). O texto de Fedorov representaria uma ruptura e uma promessa ao isolar a "operação" da tradução "para constituir o seu estudo científico (e promover uma ciência da tradução), afirma[ndo] em primeiro lugar que se trata de uma operação lingüística, de um fenômeno lingüístico, e considera[ndo] que toda teoria da tradução deve ser incorporada ao conjunto das disciplinas lingüísticas" (Mounin, 1975, p.23). Mounin (p.23-4) também associa à modernidade nos estudos da tradução o livro *Stylistique comparée du français et de l'anglais*, de J. P. Vinay e Darbelnet, publicado na França em 1958, que propõe "'a inscrição normal (da tradução) no quadro da lingüística' e pelos mesmos

motivos que Fédorov: [considera] que ‘a tradução é uma disciplina exata, possuindo técnicas e problemas particulares’ [, que] merecem ser estudados à luz das ‘técnicas de análise atualmente consagradas (na lingüística)’”.

A modernidade nos estudos da tradução se associa não apenas à possibilidade de transformar tanto a teoria quanto a prática em objetos de uma ciência idealmente isenta e puramente objetiva e, portanto, universalmente aplicável, mas também à suposta superioridade da teoria e dos teóricos – sobretudo da lingüística e dos lingüistas – em relação ao empirismo de tradutores e comentaristas comprometidos com outras áreas do conhecimento.³ Desde Fédorov, Vinay & Darbelnet e Mounin, as tentativas de impor esse tipo de projeto à tradução e aos tradutores têm se multiplicado, embora não tenham de fato produzido nenhum conhecimento científico de aplicação universal, nem ao menos no âmbito dos estudos teóricos, quanto mais na prática efetiva da tradução. Entre tantos outros que não se abateram pelo fracasso desses estudos, Wolfram Wilss (1982) define os estudos da tradução como “uma área complexa de reflexão humana, marcada por contradições, desde tempos remotos” e propõe a divisão de seu estudo em duas categorias amplas “que diferem amplamente em metodologia”: uma “teoria de tradição tradicional” e uma “teoria moderna de tradução” (p.11). A primeira abarca “as muitas visões expressas sobre tradução nos últimos séculos [que] se reduzem a uma massa de declarações descoordenadas” e “nunca chegaram a constituir uma teoria coerente, consensual, ou intersubjetivamente válida”, embora “algumas contribuições muito significativas tenham sido feitas” (Ibidem). Em contraste, uma “teoria moderna” de tradução – que passa a ter como meta um ideal diretamente associado à ciência matemática – deve ser vista como uma tentativa “de decompor em todos os seus fatores o ato de traduzir e de determinar as relações entre as constantes individuais do processo de tradução tão explicitamente quanto possível” (p.14).

De forma semelhante, Julianne House (1981) associa a “longa tradição de reflexões anedóticas” realizadas “por tradutores profissionais, filólogos e poetas”, sobretudo na área de avaliação de traduções, ao que chama de estudos “pré-lingüísticos”, marcados por “declarações vagas e subjetivas sobre o que a qualidade em tradução supostamente significaria” (p.5). Na mesma linha, Joseph Graham (1980) aponta “a

3 Para uma discussão detalhada acerca dessas relações entre teoria e prática, ver Arrojo, 1998.

falta crônica de uma teoria rigorosa para a tradução" e sugere a lingüística chomskiana como base para uma "teoria científica" que deveria "dissolver" "grande parte da confusão sobre a natureza e a função de uma teoria para a tradução ... simplesmente através de um uso regular da distinção básica entre competência e desempenho, que resolveria também a oposição entre arte e ciência em tradução" (p.27). Uma vez desenvolvida, essa "teoria rigorosa ... também incluiria algo como um procedimento prático de avaliação com critérios necessariamente específicos, embora gerais" (p.26).

Como tenho defendido em trabalhos anteriores,⁴ embora tenha havido uma óbvia falta de sintonia entre o que ambicionam as teorias lingüísticas e suas tímidas realizações, as tentativas de eleger algum ramo dessa disciplina para servir de base para a elaboração de um conjunto de conhecimentos pretensamente "objetivos" e de aplicação universal, quaisquer que sejam as circunstâncias e as línguas e culturas envolvidas, continuam atraindo a grande maioria dos pesquisadores da área, ainda ansiosos para incorporar a tradução às hostes da chamada ciência da linguagem. Assim, as abordagens que não se encaixam nesse tipo de modelo que, afinal, existe apenas como pretensão ou projeto, seriam uma forma do que Mona Baker (1992) chama, por exemplo, de "curandeirismo" em sua defesa da lingüística como a ciência que deveria ensinar aos tradutores em geral sobre a "matéria-prima" de seu trabalho (p.3). Em sua argumentação, para a formação de tradutores profissionais, o estudo compulsório da lingüística legitimaria a atividade tradutória, assim como o estudo da ciência médica legitima a profissão da medicina, em detrimento de outros tipos de terapia, não aliçados nas ciências reconhecidas no mundo ocidental (Ibidem). Outros estudiosos, como Peter Newmark (1988), por exemplo, nem consideram a possibilidade de uma teoria de tradução vinculada a outras disciplinas ou a outros interesses. Como declara, "a teoria de tradução se deriva da lingüística comparada e, dentro da lingüística, é principalmente um aspecto da semântica; todas as questões da semântica se relacionam à teoria de tradução" (p.5). Nesse sentido, continua, depois de mais de vinte anos, fiel discípulo de Mounin (1975), que praticamente identifica a própria linguagem com a lingüística, legitimada como a ciência à qual caberia toda e qualquer legislação sobre os usos da linguagem: "toda operação de tradução ... comporta, basicamente,

4 Cf., sobretudo, Arrojo, 1997 e 1998.

uma série de análises e de operações especificamente dependentes da lingüística e suscetíveis de serem mais e melhor esclarecidas pela ciência lingüística aplicada corretamente do que por qualquer empirismo artesanal” (p.27).

A lógica implícita que sustenta esse tipo de relação entre tradução e lingüística é retomada, ainda, num texto recente de Peter Fawcett (1997), que justifica o projeto de seu livro *Translation and Language* nos seguintes termos: “como a lingüística é o estudo da linguagem e tem produzido tantas teorias produtivas e influentes sobre o funcionamento da linguagem, e como a tradução é uma atividade lingüística, parece ser sensato pensar que a primeira tenha algo a dizer sobre a segunda” (p.1). Entretanto, mais de trinta anos depois de Mounin e de seu ambicioso *Os problemas teóricos da tradução*, Fawcett continua alimentando ilusões que não chegam a encontrar eco em conquistas concretas. Como Mounin, cujo projeto falha, indubitavelmente, em sua tentativa de transformar a tradução numa “disciplina exata”, atribuindo, por exemplo, a “impossibilidade” da tradução apenas às circunstâncias do “momento atual” quando, por “razões metodológicas e provisórias”, ainda é “impossível captar o sentido” de todos os enunciados (p.38),⁵ Fawcett conclui seu livro sem ter demonstrado como os instrumentos “produtivos” e “influentes” da ciência lingüística poderiam disciplinar e controlar a tarefa dos tradutores:

A tradução é um espaço de tensão e conflito, uma atividade arrastada, no escuro e sem uma bússola confiável, pelas correntes da cultura, da ideologia e da história. As teorias que construímos, nossos salva-vidas no escuro, têm como objetivo dar alguma direção à corrente e algum conforto ao navegante. O discurso lingüístico é apenas uma dessas teorias e não pode circunscrever completamente a tradução e, apesar disso, como demonstra a contínua proliferação da pesquisa, tem um papel a desempenhar e uma voz que não será silenciada. (p.144)

Embora seu tom seja, sem dúvida, um pouco mais modesto do que o de Mounin, para quem “os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir, e por sua possibilidade ou impossibilidade, só podem ser esclarecidos em primeiro lugar no quadro da ciência lingüística” (p.27), Fawcett deixa explícita sua prioridade: assegurar o papel que a lingüística tem se atribuído de um

5 Para uma discussão mais detalhada acerca do projeto de Mounin, ver também Arrojo, 1997 e 1998.

“salva-vidas” do tradutor e do especialista à mercê “das correntes da cultura, da ideologia e da história”, sem levar em conta o que efetivamente as abordagens vinculadas à ciência da linguagem têm trazido como contribuição para a área.

Aliás, pode ser pertinente comparar esse trecho de Fawcett ao prefácio da conhecida tradutora Dominique Aury a *Os problemas teóricos da tradução*, de Georges Mounin (1975). Como declara Aury, o referido lingüista,

em meio a um impressionante amontoado de documentos, de trabalhos de lingüística pura e de lingüística comparada, tanto franceses como estrangeiros ... joeirou, contou, classificou. Procedeu por categorias, confrontou pontos de partida e conclusões e encontrou uma maneira de ser claro numa operação complicada. Avançamos com ele, maravilhados e inquietos. Maravilhados como o honrado marinheiro que navega por intuição e vê chegar um companheiro recém-saído da escola, provido de uma tábua de marés, da última edição dos mapas e de um sextante aperfeiçoado. Inquietos, pois esses magníficos recursos demonstram cem mil vezes que a profissão de tradutor é impossível e que muita razão tinha quem nela não se fiava. (p.9)

Como fica claro em ambos os trechos, tanto para o especialista Fawcett, como para a tradutora Aury, é a ciência, a teoria lingüística, que poderia guiar o tradutor e salvá-lo de seu empirismo e de sua tarefa impossível, a partir de uma posição de superioridade que se baseia apenas numa promessa cuja realização é para sempre adiada. Em nome dessa promessa, tem-se aceitado, cegamente, não apenas a suposta impossibilidade teórica da tradução, mas também a precedência da teoria em relação à prática e a precedência do teórico em relação ao tradutor que, em sua versão idealizada, acabaria se transformando, em última instância, num autômato, numa eficiente máquina de traduzir devidamente programada pelos interesses e prioridades da teoria e de seus proponentes. Como ilustração, é exemplar a defesa de Graham (1980) de uma “teoria científica”, que não apenas “dissolveria” as dúvidas acerca “da natureza e da função de uma teoria para a tradução”, mas que também seria “decididamente pedagógica” e, portanto, também apropriada para desenvolver uma máquina de traduzir, já que “a máquina não sabe nada ... e tem que ser ensinada, literalmente, a fazer tudo” (p.29). Fundamentalmente, como sugere o autor, essa teoria “absolutamente científica” serviria tanto à tradução humana quanto à mecânica, eliminando a necessidade de qualquer interpretação e

garantindo, assim, traduções indubitavelmente fiéis, sem a interferência indesejável dos tradutores e de suas circunstâncias (Ibidem).

Nessas abordagens vinculadas à possibilidade de um saber definitivo e sistematizável, que pudesse dissolver as incertezas e as incongruências acumuladas em pelo menos dois milênios de reflexão sobre a tarefa tradutória, leva-se às últimas conseqüências o desejo de procurar legitimação para o conhecimento e a reflexão numa suposta assepsia vinculada a uma concepção de ciência que, apesar de sua alegada objetividade e isenção, acaba por representar interesses de autonomia e domínio que certamente transcendem o interesse declarado em investigar os mecanismos da tradução. É essa necessidade de autonomia, inclusive, que tem sido invocada em definições da modernidade enquanto a condição que tem que "criar sua normatividade a partir dela própria", recusando-se a "tomar emprestados dos modelos fornecidos por outras épocas seus critérios e princípios norteadores" (Habermas, 1987, p.7). Ao mesmo tempo, em sua tentativa de superar o passado pela imposição de seus próprios critérios e princípios norteadores, estes sim "definitivos" e universalmente "válidos", a modernidade é essencialmente imperialista e mascara as relações inevitáveis que ela mesma estabelece entre saber e poder.

Se, como defende Jean-François Lyotard (1984), saber e poder "são os dois lados da mesma questão: quem decide o que é o conhecimento, e quem sabe o que precisa ser decidido" (p.8-9), o exame das tentativas modernas de desvalorizar o empírico e o provisório e, portanto, também o historicamente marcado, em nome de um suposto progresso para o bem geral, pode desmascarar precisamente seus interesses inconfessos. Nesse sentido, se pensarmos o projeto dos estudos modernos da tradução como uma "metanarrativa" nos termos de Lyotard (1997), podemos considerar que esses estudos definitivamente "preenchem uma função de legitimação" baseada "num futuro a fazer advir, ou seja, numa Idéia a realizar" que apenas "tem um valor legitimante porque é universal [, dando] à modernidade o seu modo característico: o *projecto*, ou seja, a vontade orientada para um objectivo" (p.62-3). Em sintonia com essa forma de legitimação, o projeto eminentemente moderno de constituir um conjunto de conhecimentos aplicáveis universalmente que eliminasse, em última instância, qualquer interferência não autorizada do tradutor, ou da língua e da cultura alvo, tem como característica marcante, como tenho tentado mostrar, um caráter eminentemente utópico, em que se mascaram os interesses das diversas vertentes da chamada "ciência da linguagem" e se ignoram os repetidos fracassos e

as inúmeras variáveis envolvidas, adiando-se para um futuro cada vez mais longínquo as possibilidades de sucesso. Novamente, me parece apropriado invocar a argumentação de Lyotard (1997):

a razão científica não é questionada segundo o critério do verdadeiro ou do falso (cognitivo), sobre o eixo mensagem/referente, mas segundo a performatividade dos seus enunciados, sobre o eixo destinador/destinatário (pragmático). Aquilo que eu digo é mais verdadeiro do que aquilo que tu dizes, visto que, com o que eu digo, posso “fazer mais” (ganhar mais tempo, ir mais longe) do que tu com o que tu dizes. Uma consequência trivial desta deslocação é que o laboratório melhor equipado tem melhores hipóteses de ter razão. A razão verdadeira será a do mais forte? (p.77)

A insistência em perseguir metas irrealizáveis e os repetidos fracassos das abordagens modernas à tradução parecem revelar uma relação peculiar entre os especialistas e seus objetos de estudos. Ao invés de se dedicarem à investigação do que é possível e do que efetivamente ocorre na área, esses especialistas parecem interessados apenas em transformar em “ciência” suas obsessões pelo controle disciplinar da tradução e dos tradutores e acabam se limitando a propor tentativas frustradas de consertar ou reformar seu objeto-problema, ao mesmo tempo que lamentam sua inadequação. Entretanto, como tenho observado, essa relação que se estabelece entre disciplina e prática, entre teórico e tradutor, não se resume, de forma alguma, às abordagens declaradamente vinculadas à lingüística. Aliás, é precisamente o “direito” de disciplinar a tradução e os tradutores que se tem reivindicado em nome de uma disciplina independente, os “estudos da tradução” (“*translation studies*”), supostamente em oposição ao domínio da lingüística, nos termos propostos pelo pioneiro James Holmes no início da década de 1970.⁶

A peculiaridade dessa complexa relação que se estabelece entre tradutólogos modernos e seu objeto talvez se torne mais evidente se a compararmos, por exemplo, com o tipo de relação geralmente desenvolvida entre estudiosos da literatura e seu objeto de investigação. O conjunto de textos e concepções que veio a ser conhecido como “*new criticism*”, associado a uma certa pretensão de modernidade e de constituição de um objeto de estudo autônomo, que começou a inspirar os estudos literários há aproximadamente setenta ou oitenta anos, sem dúvida, pode nos fornecer material adequado para comparação. Como

6 Para uma discussão acerca do projeto de Holmes, ver Arrojo, 1998.

observa John M. Ellis, escrevendo em 1974, "a base para a discussão atual sobre a teoria da literatura foi estabelecida no período que se estende entre o início da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda" (p.1). Contudo, apesar disso,

é difícil ver qualquer alteração séria nas linhas de reflexão que se têm desenvolvido desde os anos 40. A grande maioria das questões constantemente em debate desde então foram pela primeira vez, nessa época, elevadas a um nível razoável de discussão: a relevância da intenção do artista; a relação do conhecimento com a crítica; a relevância da informação em relação ao contexto histórico etc. (p.1)

A própria constituição de uma "teoria literária" – nos termos em que esta tende a organizar os estudos da literatura como disciplina em nossas universidades hoje em dia – traz pontos em comum com o projeto de organização dos "estudos da tradução" como área de pesquisa que, desde o fim dos anos 70 pelo menos, se discute entre os especialistas.

Como os estudiosos da tradução em busca de uma "tradutologia" científica,⁷ os estudiosos do literário e do poético, interessados em abordagens pretensamente objetivas e em organizar e mapear seu campo de atuação, têm deparado com a dificuldade de definir, claramente, seu objeto de pesquisa que, nos termos estabelecidos por René Wellek e Austin Warren, em 1949, envolveria não apenas questões básicas sobre o que é a literatura e o que é a crítica, mas também suas funções e limites (Wellek & Warren, 1949; citado em Ellis, 1974, p.1). Essas questões, para as quais nunca se ofereceram respostas definitivas e absolutamente consensuais, já preocupavam, por exemplo, I. A. Richards que, num texto canônico, "*Science and Poetry*", publicado pela primeira vez em 1926, discorre sobre a necessidade de se "descobrir" a essência da poesia antes que se possa construir um arcabouço teórico verdadeiramente "científico" para os estudos literários: "muito esforço tem sido investido na tentativa de explicar o lugar de destaque da poesia nas questões humanas com poucos resultados satisfatórios ou convincentes. Isso não é de surpreender. Pois para mostrar como a poesia é importante, é necessário, em primeiro lugar, descobrir até certo ponto o que ela seja" (Schorer et al., 1948, p.507). Imbuído da confiança de ter superado as reflexões "pré-científicas", Richards crê estar

7 Como ilustração da preocupação de definir "objetivamente" a tarefa do tradutor antes da elaboração de uma teoria universalmente válida ver, por exemplo, Holmes (1988) e Malmkjaer (1993).

no caminho de poder finalmente trazer as investigações acerca do poético para um patamar “científico”, que seria constituído do que chama de “a psicologia do instinto”: “até recentemente, essa tarefa preliminar [de definir a poesia] podia apenas ser realizada de forma incompleta porque a psicologia do instinto e da emoção se encontrava pouco desenvolvida; e, além disso, as especulações ingênuas das investigações pré-científicas definitivamente constituíam um obstáculo” (Ibidem). A partir desse contexto, Richards (1948) esboça o perfil daquele que deveria ser o estudioso ideal da poesia:

Nem o psicólogo profissional, cujo interesse em poesia com frequência não é intenso, nem o homem de letras que, via de regra, não tem idéias adequadas sobre a mente como um todo, estão equipados para a investigação. Tanto um conhecimento passional de poesia como uma capacidade para uma análise psicológica não-passional são exigidos se é para se pesquisar a poesia satisfatoriamente.

Sem nos determos aqui em comentários sobre o que teria sido feito da “psicologia do instinto” que, em 1926, parecia tão promissora como base para uma teoria “científica” da poesia, fica claro que, apesar das dificuldades de definição e de delimitação do poético ou do literário, bem como dos requisitos que deveriam ser preenchidos pelos especialistas, dentro de um contexto essencialista e com pretensões universalizantes, não há, no texto exemplar de Richards, nenhum movimento de desvalorização de seu objeto de estudo. Aliás, o que se verifica é, precisamente, o contrário. Se, como vimos, no tipo de relação que os estudos modernos da tradução geralmente estabelecem com seu objeto, claramente se percebe a valorização da teoria e da ciência em detrimento da prática e do empírico; a relação entre teoria e poesia, implícita e explicitamente estabelecida no texto de Richards (1948), enaltece a plenitude da segunda e sugere a incapacidade da ciência não apenas em definir o poético mas também em lidar com o “mistério” e a “precisão” desse discurso supostamente privilegiado. Como comenta o autor,

Com seu uso de palavras, a poesia é exatamente o oposto da ciência ... Isso ocorre porque as descrições poéticas com frequência parecem muito mais precisas do que as descrições da prosa. A linguagem usada lógica e cientificamente não pode descrever uma paisagem, ou uma face. Para se obter isso, seria necessário um aparato prodigioso de nomes para sombras e nuances, para qualidades precisas particulares. Como esses nomes não existem, então outros meios têm que ser usados. (p.510)

Da mesma forma, na relação que Richards idealiza entre o estudioso e o poeta, ou entre o crítico e o poeta, é a este último que cabe um saber e um poder privilegiados:

O poeta, mesmo quando escreve em prosa, faz o leitor escolher o sentido preciso e adequado a partir de um número indefinido de sentidos possíveis que uma palavra, frase, ou sentença pode carregar. Os meios pelos quais ele faz isso são muitos e diversos ... mas a forma pela qual usa [as palavras] é o próprio segredo do poeta, algo que não pode ser ensinado. Ele sabe como fazer isso, mas nem ele mesmo sabe como explicá-lo. (Ibidem)

Paralelamente, a ciência “não diz nem pode nos dizer nada sobre a natureza das coisas em nenhum sentido definitivo” (p.516), sendo apenas “nossa forma mais elaborada de apontar para as coisas de forma sistemática”, podendo

nos falar sobre o lugar do homem no universo e sobre suas oportunidades, que o lugar é precário, e as chances problemáticas. Ela pode aumentar enormemente nossas chances se pudermos fazer um bom uso dela. Mas não pode nos dizer o que somos, nem o que seja este mundo, não porque essas são, em qualquer sentido, perguntas insolúveis, mas porque não são perguntas. E se a ciência não pode responder a essas pseudo-perguntas, a filosofia ou a religião também não podem. (p.517)

Por outro lado, a poesia – que “não pode ser imitada [... nem] falsificada”, tampouco escrita como mera consequência de “engenho ou estudo” (p.514) – “é capaz de salvar-nos; é um meio perfeitamente possível de superar o caos” (p.523), sobrepondo-se, assim, não só à ciência, mas também à filosofia e à religião. Como o artífice privilegiado desse “mistério” e como o detentor de um saber que não pode exatamente ser investigado, o poeta tem como função “dar ordem e coerência, e, portanto, liberdade, a um conjunto de experiência” (p.517).

Como exemplarmente sugere o texto de Richards, embora não haja um consenso absoluto sobre o que seria a literatura, ou a poesia, ou mesmo sobre as funções e os limites da teoria e da crítica, as metas que envolvem expectativas de sistematização ou de universalização nos estudos literários não impedem que se aceite o literário como tal. Pelo contrário, o grande pressuposto que inspira a organização da área, ou da disciplina, da teoria literária de ascendência moderna é, precisamente, a aceitação plena do literário e do poético como características

textuais intrínsecas. Ou seja, não há, entre esses estudiosos, a obsessão de transformar, ou reformar seu objeto, nem a preocupação de controlar, ou disciplinar, a escritura dos textos que se dedicam a estudar. Se há alguma preocupação de base normativa, podemos associá-la apenas às tentativas de se estabelecerem os princípios éticos que deveriam nortear o papel do crítico, ou do próprio teórico, sempre tendo como meta implícita ou explícita, contudo, a proteção de um certo mistério supostamente inerente ao literário e, especialmente, ao poético, ao mesmo tempo que se garantem a especificidade e a importância da função do leitor especializado. Como resume Northrop Frye (1957) uma das tendências dominantes da reflexão sobre a relação adequada que a crítica deve estabelecer com a poesia, “o axioma da crítica deve ser não que o poeta não sabe o que está falando, mas que não pode falar sobre o que sabe” (p.5).

Outra vertente promissora para a comparação que venho tentando propor entre as relações estabelecidas entre a teoria literária e os estudos da tradução e seus respectivos objetos de pesquisa parece ser o comportamento desses estudos diante da forte influência da lingüística. Embora não tenha espaço para explorar essa vertente de forma mais efetiva nos limites deste texto, é cabível concluir, como parece indicar a reflexão aqui proposta, que, em relação aos estudos da tradução, para a grande maioria dos que a eles se dedicam, a lingüística tem representado, pelo menos desde Mounin, a promessa de uma espécie de “salva-vidas” tanto para os dilemas das teorias de base francamente essencialista, como para os problemas corriqueiros da prática. Assim, como vimos, na relação obviamente assimétrica que geralmente se tem estabelecido entre os estudos da tradução e as várias vertentes da chamada “ciência da linguagem”, caberia a esta última fornecer a base que poderia legitimar esses estudos não apenas como disciplina e área de pesquisa independente, mas também como instrumento de controle e avaliação da prática.

Contudo, se compararmos esse quadro com as tentativas de encontro entre a lingüística e os estudos da literatura, sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970 quando a “ciência da linguagem” – alçada pelo estruturalismo mais exacerbado ao posto de paradigma disciplinar e epistemológico para as ciências humanas – parecia capaz de gerar todas as respostas, chegaremos a uma relação bastante diferente. Como exemplo, vale lembrar a argumentação do conhecido ensaio de Michael Riffaterre, “*Describing Poetic Structures: Two Approaches to Baudelaire’s ‘Les Chats’*” (1970) que, ao desconstruir a tentativa de

Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss de delimitar e descrever o tecido poético do soneto de Baudelaire por meio dos recursos da lingüística estrutural, conclui, entre outras coisas, que, se se quiser estabelecer uma relação entre teoria poética e lingüística estrutural, será esta última que deverá ser modificada para que possa lidar adequadamente com as especificidades da poesia. Se considerarmos esse comentário como exemplar do tipo de atitude que em geral tem mantido lingüistas e teóricos da literatura devidamente separados por interesses conflitantes, podemos concluir que, nas várias tentativas de interface entre a lingüística e os estudos literários, sobretudo durante o auge do estruturalismo, a primeira nunca chegou a exercer o tipo de influência que até hoje exerce entre os especialistas em tradução.

Se quisermos perseguir essa comparação um pouco mais, sobretudo para termos uma idéia geral da participação de estudos vinculados à lingüística no amplo e diversificado panorama que delinea o campo da pesquisa em literatura hoje em dia, poderá ser produtivo examinar, a título de exemplo, as diversas áreas que constituem a *Modern Language Association of America (MLA)*, sem dúvida, a maior e mais abrangente organização norte-americana – e, por extensão, mundial – a congregar pesquisadores vinculados aos estudos da linguagem e, sobretudo, aos estudos literários. De acordo com o programa da *112th Convention*, realizada em Washington D. C., EUA, em 1996, "*Linguistic Approaches to Literature*" é apenas uma das oitenta áreas listadas, ao lado de tópicos referentes a divisões históricas tradicionais como "*Late-Eighteenth-Century English Literature*" e "*Literature of Colonial Spanish America*", além de outros, mais contemporâneos, como "*Film*" e "*Autobiography, Biography, and Life Writing*" ou, controversos e politicamente engajados, como "*Gay Studies in Language and Literature*" (PMLA, 1996, p.1265). Ao mesmo tempo, um breve exame dos títulos dos trabalhos propostos nos três painéis organizados pela área⁸ sugere que a interface entre a análise do discurso – única subárea da lingüística a ser considerada – e

8 Esses painéis, na verdade, apresentaram variações em torno do mesmo tema, "*Discourse Analysis and Literature: Convergences*" e propuseram os seguintes trabalhos: "*When Is a Proverb Not a Proverb? Intertextual Discourse among Scriptural Translation*"; "*Syntax and the Subject in Scottish Renaissance Historiography*"; "*Presuppositions and the Discourses of Translated Poems: Pound's 'Seafarer', Auden's 'Wanderer'*" (p.1.371); "*Discourse Anaphora in Narrative Contexts*"; "*Chekhov, Wittgenstein, Lacan: Convergences*"; "*Joseph Conrad's Lord Jim: The Play Written on a 'Clean Slate'*" (p.1.386); and "*Narrative Voice and Ritual Speech*"; "*A Pragmatic Framework for the Investigation of Dialogue in Fiction*"; "*Discourse Analysis and the Discourses of Modernity: Text, Action, and Person*"; "*Body Language as Constructed Dialogue in Narrative*" (p.1.396).

os estudos literários que pretendem explorar não pressupõe, em nenhum nível, uma relação assimétrica, tampouco indica qualquer pretensão de normatividade por parte da "ciência" da linguagem.

Essa breve tentativa de cotejo entre os estudos literários e os estudos da tradução e seus respectivos comportamentos em relação a seus objetos de estudo nos permite concluir que seus projetos de constituição de disciplinas autônomas associados à modernidade, na verdade, apenas reiteram atitudes e concepções tradicionais firmemente arraigadas no imaginário e, portanto, no senso comum de uma cultura fundada a partir do ideal impossível de imortalidade e, conseqüentemente, de repúdio a tudo que possa lembrar a finitude humana. Tanto para os estudos da tradução, como para os estudos literários, de vocação essencialista, o grande apelo da modernidade e suas promessas de objetividade e universalização parece ser a possibilidade de validar seus próprios pressupostos e expectativas referentes à possibilidade de significados perfeitamente estáveis e características textuais intrínsecas. Assim, o desprezo subliminar que se pode detectar como base das atitudes que nossa cultura sempre nutriu em relação à tarefa do tradutor parece se exacerbar nas relações que as abordagens modernas à tradução estabelecem com seu objeto de pesquisa da mesma forma que se enfatizam, entre os estudos modernos da literatura, a valorização e o prestígio que o literário e, sobretudo, o poético sempre usufruíram como símbolos do engenho humano.

Nesse sentido, podemos considerar que a mais fiel das narrativas de que ainda dispomos para expressar nossas relações com a tradução e o desejo de que pudéssemos, um dia, atingir a esfera divina das verdades absolutas e dos significados intrínsecos é, sem dúvida, o mito de Babel, que tão bem representa o contraste entre o desejo de atingir o divino – que nos livraria não apenas da necessidade de traduzir, mas da necessidade de qualquer linguagem – e a própria condição humana, maldição de um deus enraivecido que nos condena à diferença, matéria-prima de toda linguagem e de toda obra e tarefa humanas. Se a modernidade insiste na crença de que poderá, um dia, com sua suposta objetividade, vencer e tomar o lugar desse deus de reações tão pouco divinas, cabe à reflexão pós-moderna preparar o terreno epistemológico para que reconheçamos o humano em nosso desejo de divindade e aceitemos, conseqüentemente, a impossibilidade de sua realização e a inevitabilidade da linguagem como espaço da diferença e da história, libertando, assim, o ofício do tradutor do desprezo e da marginalidade a que sempre esteve condenado.

ARROJO, R. Modernity and the contempt for translation as a research object. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.71-87, 2000.

- **ABSTRACT:** *The main purpose of this essay is to compare the relations usually established between literary theory and translation studies and their respective objects of inquiry. Interested in supposedly objective approaches and in the organization of their disciplines as autonomous research areas, scholars from both fields have been faced with the impossible goal of defining the objects of their study in absolute terms which could be universally acceptable. Even though such areas have approached their respective objects in quite different ways, they are both rooted in the imaginary of a culture which is still defined by its search for an impossible ideal of immortality.*
- **KEYWORDS:** *Translation studies; literary theory; modernity; post-modernity.*

Referências bibliográficas

ARROJO, R. The revision of the traditional gap between theory and practice and the empowerment of translation in postmodern times. *The Translator (Manchester)*, v.4, n.1, p.25-48, 1997.

_____. Os "Estudos da tradução" como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.14, n.2, p.423-54, 1998.

AUBERT, F. *As (in)fideliades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

BAKER, M. *In other words: - a coursebook on translation*. London: Routledge, 1992.

ELLIS, J. M. *The theory of literary criticism: a logical analysis*. Berkeley: University of California Press, 1974.

FAWCETT, P. *Translation and language - linguistic theories explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

FRYE, N. *Anatomy of criticism: four essays*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GRAHAM, J. Theory for translation. In: ROSE, M. (Ed.). *Translation spectrum: essays in theory and practice*. Albany: State University of New York Press, 1980.

HABERMAS, J. *The philosophical discourse of modernity*. Trad. Frederick Lawrence. Cambridge: MIT Press, 1987.

HOLMES, J. *The name and nature of translation studies. Translated! Papers on literary translation and translation studies*. Amsterdã: Rodopi, 1988.

- HOUSE, J. *A model for translation quality assessment*. Tübingen: Gunter Narr, 1981.
- LYOTARD, J. F. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Trad. Geoff Bennington e Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- _____. *O pós-moderno explicado às crianças – Correspondência 1982-1985*. Trad. Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- MALMKJAER, K. Underpinning translation theory. *Target*, 5.2, p.133-48, 1993.
- MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NEWMARK, P. *Approaches to translation*. New York: Prentice Hall, 1988.
- PMLA – *Publications of the Modern Language Association of America. Program for the 112th Convention*, v.3, n.6, November, 1996.
- RICHARDS, I. A. Science and poetry. In: SCHORER, M., MILES, J., MCKENZIE, G. (Ed.). *Criticism: the foundations of moderns literary judgement*. New York: Harcourt, Brace, 1948.
- RIFATERRE, M. Describing poetic structures: two approaches to Baudelaire's "Les chats". In: EHRMANN, J. (Ed.). *Structuralism*. New York: Garden City, 1970.
- SCHORER, M., MILES, J., MCKENZIE, G. (Ed.). *Criticism: the foundations of modern literary judgment*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1948.
- STEINER, G. *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- WELLEK, R., WARREN, A. *Theory of literature*. New York: Harcourt, Brace, 1949.
- WILSS, W. *The science of translation – problems and methods*. Tübingen: Gunter Narr, 1982.